

Relatório do desperdício vai orientar Orçamento

Membros da Comissão de Obras Inacabadas aprovam documento que relaciona obras federais nos estados, mostra o estágio em que elas se encontram e revela o que falta para concluí-las



Lobão, Carlos Wilson e Maldaner, da Comissão de Obras Inacabadas, entregam a Sarney o relatório preliminar

Campos propõe remover entraves a contrato coletivo

O fim da função normativa da Justiça do Trabalho e da unicidade sindical foi defendido quarta-feira pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Ele argumentou que os dois fatores entravam as tendências de modernização das relações entre patrões e empregados, como o contrato coletivo de trabalho.

Segundo Campos, a unicidade sindical impede o surgimento de interlocutores com legitimidade para negociar, e o poder normativo da Justiça do Trabalho representa desestímulo ao entendimento entre as partes.

"A lógica do sistema leva a que as partes compareçam à negociação com posições radicalizadas, na expectativa de que o Judiciário estabeleça um meio-termo", afirmou.

Suplicy denuncia formação de oligopólios com a privatização

O modelo de privatização adotado pelo governo, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), está favorecendo a oligopolização do setor petroquímico com recursos públicos liberados através do BNDES.

O senador quer que o ministro do Planejamento, José Serra, preste esclarecimentos sobre os valores recebidos e procedimentos adotados nos leilões de privatização de empresas desse setor. Para isso, apresentou um

requerimento de informações dirigido ao governo.

De acordo com o senador, os leilões de privatização este ano tiveram os mesmos personagens como compradores, colocando-se à frente dos grupos a Odebrecht através de empresas coligadas.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) revelou que 11 processos sobre a formação de oligopólio ou monopólio estão sendo apreciados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O Brasil tem obra prioritária que precisa de apenas R\$ 200 mil para o seu término. Esse é apenas um dos muitos exemplos de distorções que podem ser corrigidas no Orçamento de 1996. O relatório preliminar divulgado quarta-feira pela Comissão de Obras Inacabadas relaciona obras em estágios diferentes - algumas necessitando de mais, outras de menos recursos - que podem se tornar úteis às comunidades onde estão localizadas. Mais do que isso, elas podem deixar de onerar os cofres da União, que arca com uma série de custos na manutenção dessas obras. **Página 3**

Conflito no campo

*Para acabar com os conflitos no campo, o Brasil precisa de um programa de reforma agrária que combine distribuição de terras com políticas de rendas e de geração de empregos. O ponto de vista foi defendido pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). O senador Bernardo Cabral (PP-AM) também comenta a questão. **Página 4***

Valmir teme a burocratização da Receita

Página 2

Marina propõe pesquisa sobre o Senado

Página 2

Marina quer pesquisa para avaliar Senado

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou que vai propor à presidência do Senado a realização de uma pesquisa de opinião pública destinada a avaliar o que a população pensa da instituição, qual o maior defeito e a maior qualidade dos senadores e como eles podem contribuir para atender aos anseios dos brasileiros. A senadora disse que resolveu tomar essa iniciativa depois de ler pesquisa publicada pela *Folha de S. Paulo*, onde se informa que 38% da população brasileira acha o Legislativo dispensável.

Marina considerou a notícia um alerta para que os congressistas olhem para dentro do Senado e reflitam. "A nossa Casa, que é o Senado, precisa se reavaliar, se perguntar em que pode melhorar a imagem do Parlamento", disse. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a pesquisa é um alerta para todos os parlamentares.

Valmir: Burocracia ameaça contribuinte

Senador aponta complicação na exigência de se declararem bens de valor mínimo

A exigência de declaração de bens com valor mínimo de R\$ 5 mil, sem uma reforma prévia do Fisco, só tende a burocratizar e a complicar ainda mais a situação do contribuinte, afirmou o senador Valmir Campelo (PTB-DF), ao analisar as propostas do governo para alterações no imposto



Valmir

de renda. O senador defendeu a criação de uma máquina fiscal eficiente.

- Não seria melhor aperfeiçoar o controle e tributação sobre as grandes fortunas? Não seria melhor estudar a viabilidade de redução das alíquotas de 35% e 26,6% - questionou Valmir Campelo.

Para João França, estados perdem com a reforma

O senador João França (PP-RR) criticou a proposta de reforma administrativa do governo federal, sobretudo a indefinição quanto à responsabilidade pela folha de pagamento dos extintos territórios federais, com a eventual transferência dos encargos de pessoal aos novos estados. Ele advertiu que, caso a medida

seja aprovada, os gastos das novas unidades serão bastante elevados, inviabilizando serviços essenciais.

- Não aceito que as mudanças propostas tragam prejuízos para o funcionalismo, em especial para as áreas de saúde, segurança pública e educação dos ex-territórios federais - reagiu João França.

Rocha cobra obras no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu sua proposta de emenda ao Plano Plurianual de Investimentos destinada a permitir a ligação entre Macapá e Belém (PA), através da hidrovía de Marajó. Ele disse que a hidrovía permitirá economia de dez horas no percurso, reduzirá o gasto de combustíveis em 35% e praticamente eliminará o risco de naufrágios. Ele também cobrou a conclusão de outras obras.

Lampreia elogia Senado

A rapidez com que o Senado Federal aprovou a lei de controle de exportação e importação de materiais sensíveis (bêlicos) foi destacada pelo ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, durante audiência com o presidente do Senado, José Sarney. Segundo Lampreia, a aprovação dessa norma garantiu ao Brasil o ingresso no clube dos países que mantêm programas espaciais.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- Viaja às 13h de domingo, dia 15, para Bariolche - Argentina, onde participará a partir de segunda-feira, dia 16, da reunião de Cúpula Ibero-Americana.

PLENÁRIO 9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DAS ATIVIDADES PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (17.10.95)

15h30 - Votação em primeiro turno da *PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo.

Quarta-feira (18.10.95)

15h30 - Votação em primeiro turno da *PEC nº 40/95, que dispõe sobre a instituição da Contribuição Social para o financiamento das ações e serviços de saúde. (Tramitando em conjunto com a *PEC nº 37/95.)

COMISSÕES

Terça-feira (17.10.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Debate com a presença dos governadores dos estados e do Distrito Federal, sobre o endividamento das unidades da federação. Local: Plenário do Senado.

11h - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Local: sala 07 - Ala

Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do ministro-chefe da Secretaria Especial de Política Regional, Cícero Lucena. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quarta-feira (18.10.95)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se as *Propostas de Emenda à Constituição nºs 12/95, que promove a desapropriação, por interesse social, de imóvel, para fins de urbanização, mediante prévia e justa indenização; 09/95 (tramita em conjunto com a PEC nº 14/95), que diz respeito aos limites de remuneração do servidor público; e 26/95, que prorroga a vigência da lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Exposição do diretor-executivo da TVE, Walter Avancini. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Projeto Calha Norte

Pauta: Depoimento do coordenador do Sivam/Sipam, major-brigadeiro-dor Marcos Antônio de Oliveira. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quinta-feira (19.10.95)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 47/95 (terminativo), que institui o prêmio Ulysses Guimarães do mérito democrático; *PLS nº 234/95 (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares; e *PLS nº 227/95 (terminativo), que inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria". Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

DOSSIÊ DO DESPERDÍCIO

Relatório vai orientar o Orçamento

A Comissão de Obras Inacabadas aprovou quarta-feira o relatório preliminar apresentado pelo relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). O documento aponta como prioritárias 81 obras, as quais necessitam de recursos da ordem de R\$ 2 bilhões para serem concluídas. Elogiado pela totalidade dos senadores presentes, o relatório foi encaminhado aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Comissão Mista de Orçamento, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ao receber o relatório, Sarney considerou-o um dos grandes trabalhos que o Senado presta à sociedade brasileira, este ano. Por sua vez, Calheiros disse que "o relatório será fundamental para orientação dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento, que fará tudo para que os empreendimentos paralisados, custeados pela



Carlos Wilson e Maldaner entregam relatório a Calheiros

União, sejam concluídos em todos os estados e municípios".

Para o presidente da Comissão de Obras Inacabadas, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), o relatório é apenas o começo de uma longa "maratona", que se encerrará com a divulgação do que ele chama de "mapa do desperdício", em elaboração.

Estiveram presentes à reunião da Comissão de Obras

Inacabadas, além do presidente e do relator, Carlos Wilson e Casildo Maldaner, os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Arlindo Porto (PTB-MG), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Joel de Hollanda (PFL-PE), Gerson Camata (PMDB-ES), Fernando Bezerra (PMDB-RN), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Emília Fernandes (PTB-RS), João França (PP-RR) e Jefferson Peres (PSDB-AM).

Há obra que precisa apenas de R\$ 200 mil

O governo federal deverá aplicar cerca de R\$ 2 bilhões para terminar 81 das cerca de 4 mil obras que se encontram paralisadas em todo o país. Recomendação com esse objetivo consta do relatório preliminar da Comissão de Obras Inacabadas. O relatório final será apresentado no dia 10 de novembro, quando se encerram os trabalhos da comissão, que ainda irá vistoriar obras inacabadas no Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Acre, Rondônia, Pará, Amazonas e Roraima. A comissão descobriu até obra que necessita apenas de R\$ 200 mil para ser concluída.

INVESTIMENTOS

Das obras federais paralisadas, apontadas como prioritárias pelos governadores e lideranças políticas dos estados visitados pela comissão, a que exige maior investimento é a conclusão da ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, ligando São Paulo ao Mato Grosso do Sul, que necessita de R\$ 282,6 milhões. O segundo maior investimento é a implantação de dois trechos ferroviários, entre Salgueiro-Petrolina (PE) e Salgueiro-Missão Velha (Ceará), o que exige R\$ 267 milhões.

A BR-381, trecho São Paulo-Atibaia, ao custo de R\$ 190 milhões, a Barragem de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, com R\$ 170 milhões, e a Ferrovia Norte-Sul, trecho de 100 quilômetros entre Imperatriz e Estreito, com aplicação de R\$ 136 milhões, também estão entre as obras de investimentos mais elevados.

A Comissão encontrou também várias obras que exigem pouco dinheiro para sua finalização. Necessitando de apenas R\$ 200 mil para a sua conclusão, o Caic de Aero Rancho, no Mato Grosso do Sul, é a obra mais barata de todas as relacionadas pela comissão.

PRIORITÁRIAS, MAS INACABADAS

A lista parcial das obras federais não concluídas

Alagoas - Hospital Geral de Maceió, BR-316 (trecho divisa PE/AL até Santana do Ipanema) e terminal de graneis líquidos do porto de Maceió.

Amapá - Reforma da Penitenciária Agrícola de Macapá, revestimento do Canal do Beírol e drenagem e pavimentação da Baixada do Adonias, em Macapá.

Bahia - Pavimentação da BR-116 (trecho Euclides da Cunha-entroncamento com BR-235), Barragem do Zabumbão e projeto de irrigação do Brumado (município de Livramento Nossa Senhora).

Ceará - Centro cirúrgico do Hospital das Clínicas da UFCE, Barragem do Trussu (município de Iguatu), projeto de irrigação Araras Norte (município de Várzea), trechos Marco-Granja e Granja-Camocim-Chaval da BR-402.

Distrito Federal - Metrô e Hospital Regional do Paranoá.

Maranhão - Terminal petrolífero do porto de Itaqui, duplicação da BR-135 (trecho São Luís-Estiva) e pavimentação do trecho Timon-Presidente Dutra da BR-226.

Mato Grosso - Hospital Centro do

Estado do Mato Grosso, duplicação de trecho de 10 Km nas BRs 163, 364 e 070 (região metropolitana de Cuiabá) e sistema de tratamento de esgotos de Cuiabá.

Mato Grosso do Sul - Hospital Geral de Campo Grande e CAIC de Aero Rancho.

Minas Gerais - Hospital Cardiominas, pronto-socorro de Venda Nova e sistema de esgotos do bairro Jacqueline (todos em BH), pavimentação do trecho Salinas-entroncamento da BR-116 da BR-251, recuperação do trecho ferroviário Sete Lagoas-Pirapora e construção do trecho Pirapora-Unai.

Paraná - Duplicação da BR-230 (trecho João Pessoa-Cabedelo), Hospital de Emergência de João Pessoa e barragem de Várzea Grande, em Pícuí.

Paraná - Contorno Leste de Curitiba e anel viário de Campo Mourão.

Pernambuco - Hospital-maternidade de Olinda, duplicação da BR-101 (aeroporto-Cabo), adutora do Oeste (sertão do Araripe), Ferrovia Transnordestina e adutora de Piraparna (sertão do Araripe).

Piauí - Hospital Universitário, anel viário de Teresina, ponte sobre o rio Parnaíba entre os municípios de Teresina

(PI) e Timon (MA), barragem Petrólio Portela, na cidade de São Raimundo Nonato, e ponte sobre o rio Poti.

Rio de Janeiro - Duplicação do trecho Rio Bonito-Silva Jardim da BR-101, Hospital de Queimados e Hospital de Saracuruna.

Rio Grande do Norte - Barragem de Santa Cruz.

Rio Grande do Sul - Usina termelétrica de Candiota III, usina termelétrica de Jacuí e ponte na BR-470 sobre o rio Uruguai.

Santa Catarina - BR-282 (trecho Lages-Campos Novos), hemicentros de Chapecó, Joinville e Criciúma e usina termelétrica Jorge Lacerda IV.

São Paulo - Hospital de Itapeçica da Serra, Hospital Geral de Itaim Paulista, ponte rodoferroviária em Santa Fé do Sul, duplicação do trecho São Paulo-Atibaia da Fernão Dias e duplicação e melhoramentos dos trechos Juquitiba-Cajati (com 7 trevos) e São Paulo-Juquitiba.

Sergipe - Sistema de abastecimento de água de Aracaju, obras de proteção da Praia da Coroa e estabelecimento do molhe de Atalaia Nova e projeto de irrigação de Jacarecica.

Reforma deve resgatar cidadania dos trabalhadores rurais, afirma Lucena

Segundo senador, programa de que o Brasil necessita deve combinar distribuição de terra com política de rendas e geração de empregos

A reforma agrária de que o Brasil necessita nada tem a ver com a reivindicada na década de 60, afirmou quarta-feira o senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Segundo Lucena, mais do que a busca do aproveitamento ótimo das terras produtivas do país, a reforma que o país exige agora envolve uma política de rendas, de geração de empregos

e de resgate da cidadania dos trabalhadores rurais.

O senador entende que o governo precisa acelerar a adoção de decisões em torno do problema. Lucena citou dados do Ministério da Agricultura que apontam 4,8 milhões de famílias buscando a pos-



Humberto Lucena

se de parte dos 81 milhões de hectares de terras ociosas no país. Desse total, conforme frisou, apenas 1 milhão de hectares encontra-se em processo de desapropriação. Não é à toa que o Movimento dos Sem-Terra (MST) espalha-se pelo país, avaliou o senador.



Bernardo Cabral

Cabral teme novas vítimas

Ao mencionar a notícia de que os trabalhadores rurais que ocupam áreas na região do Pontal do Paranapanema (SP) decidiram resistir à decisão judicial de reintegração de posse das áreas, o senador Bernardo Cabral (PP-AM) disse que esta é, sem dúvida, uma contestação que acabará por desmoralizar o Judiciário ou criar novas vítimas inocentes do conflito de terras no Brasil.

O parlamentar ressaltou que a crise se divide entre os que precisam da terra para trabalhar e sobreviver e o direito daqueles que lutam por sua propriedade.

Senado vai colaborar com mudança

O presidente do Senado, José Sarney, garantiu quarta-feira que o Legislativo está pronto a colaborar com o governo federal na implementação da reforma agrária. Para isso, concederá prioridade na apreciação e votação das medidas legislativas ora em elaboração

pelo Ministério da Justiça. Sarney fez esta afirmação após audiência concedida ao presidente do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra), Francisco Grazziano, que veio pedir o apoio do Parlamento ao conjunto de normas que deverão reger todo o processo.

Chega relatório sobre assentamentos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ter recebido o relatório sobre assentamentos de sem-terra encaminhado ao Senado pelo presidente do Incra, Francisco Grazziano.

Suplicy lembrou que havia

encaminhado requerimento solicitando informações sobre o número de beneficiários que já teriam sido assentados dentro do plano para 1995, além de outras informações. Suplicy enviou o documento à Comissão de Assuntos Econômicos.

Jonas quer solução para o campo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) reclamou quarta-feira da "lentidão" com que a equipe econômica do governo vem atuando nas negociações destinadas a solucionar o endividamento dos agricultores brasileiros.

Nessas negociações, conforme

lembrou, está em estudo a securitização das dívidas, ou seja, a sua transformação em títulos com os quais o governo federal pagará aos bancos credores, ficando os agricultores obrigados a ressarcir a União, dando como garantia a produção agrícola.

Jefferson aplaude matéria da Folha

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) elogiou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, publicado no último domingo, sobre o financiamento de campanhas eleitorais e tendo como base dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Jefferson Peres disse que o total gasto com as campanhas eleitorais nas eleições de 94, segundo dados do TSE, foi de R\$ 91,4 milhões, mas a estimativa do jornal aponta um total de R\$ 180 milhões.

Alcântara propõe fusão na pesquisa

As funções das agências de pesquisas científicas brasileiras - CNPq e Capes - se confundem e essa duplicidade compromete os investimentos já destinados ao setor. O argumento foi utilizado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao propor quarta-feira a fusão dessas agências, com o objetivo de se definir uma política permanente para a pesquisa científica no país.

Preferência a emenda coletiva

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) dirigiu apelo aos parlamentares para que abram mão de emendas individuais ao Orçamento de 96 e privilegiem emendas coletivas, que envolvem 2/3 das bancadas federais de cada estado. O senador afirmou que as emendas coletivas evitam a pulverização de recursos e fortalecem o interesse público. As emendas individuais, ao contrário, podem representar interesses "nem sempre nominados, nem sempre públicos", alertou.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Céflio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.